ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Anais

IX Encontro Anual da FINEDUCA (2021)

Eixo Temático
Políticas de Financiamento da Educação Superior

ISSN: 2595-136X

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

RESUMOS

A Privatização da Educação Básica e Superior em Tempos de Financeirização: o caso da 'Cogna Educação'

Maria Dayse Henriques de Camargo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Leila Maria Costa Sousa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Acerca do Financiamento do Programa Ciência sem Fronteiras: Desafios de uma Política Pública Intersetorial de Mobilidade Acadêmica Internacional na Graduação

Viviane Xavier de Araujo Cruz
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília/DF – Brasil
Marcelo Leandro Eichler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

Autonomia Universitária e Universidades Estaduais: quais os caminhos do financiamento?

Emerson Duarte Monte
Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém/PA – Brasil
Giselle dos Santos Ribeiro
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Financiamento das Ações do Ministério da Educação para o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 no Brasil

Ramon Igor da Silveira Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil
Josenildo Diniz Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil
Kadydja Karla Nascimento Chagas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil
Maria Aparecida dos Santos Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil

O (Des)Financiamento da Pesquisa no Brasil: uma análise da execução orçamentária das agências e fundos federais de apoio à pesquisa

Camila Furlan da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil
Pedro de Almeida Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

O Ensino Superior Privado-Mercantil a Distância: a Universidade Pitágoras Unopar na era financeirizada

Maria Caroline Cavalcante dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

O Fundo de Financiamento Estudantil nas Instituições de Educação Superior Filantrópicas

Jair Marques de Araujo
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande/MS – Brasil

Política Educacional: a lógica neoliberal no Ensino Superior no contexto da pandemia do Covid-19

Thalia Barbosa Mendonça
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Um Retrato da Produção Acadêmica em Financiamento da Educação no Nordeste Brasileiro: as teses e dissertações em educação das universidades federais

Maria de Jesus Rodrigues Duarte
Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/PI – Brasil
Rosana Evangelista da Cruz
Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/PI – Brasil

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

A Privatização da Educação Básica e Superior em Tempos de Financeirização: o caso da 'Cogna Educação'[1]

Maria Dayse Henriques de Camargo

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Leila Maria Costa Sousa

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Vera Lúcia Jacob Chaves

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir a atuação da empresa de capital aberto "Cogna Educação", considerando o movimento de financeirização do ensino superior e da educação básica no Brasil, que tem se intensificado na última década e se tornado um polo atrativo de investimentos por parte de grandes grupos empresariais. O texto discute, principalmente, o movimento de expansão e o financiamento estudantil do grupo empresarial. A metodologia consiste em pesquisa documental com dados coletados a partir dos relatórios institucionais da empresa. Os resultados apontam para um amplo processo de mercantilização da educação a partir da inserção de grupos privados de capital aberto no mercado de ações, como é o caso da Cogna Educação, o que compromete a oferta da educação como direito social.

Palavras-chave: **Privatização. Financeirização. COGNA Educação. Educação Básica. Ensino Superior.**

The Privatization of Basic and Higher Education in Times of Financing: the case of 'Cogna Educação'

Abstract

This text aims to discuss the performance of the publicly traded company "Cogna Educação", considering the financialization movement of higher education and basic education in Brazil, which has intensified in the last decade and has become an attractive pole of investments by large business groups. The text discusses, mainly, the expansion movement and the student financing of the business group. The methodology consists of documentary research with data collected from the company's institutional reports. The results point to a broad process of commodification of education from the insertion of publicly traded private groups in the stock market, as is the case of Cogna Educação, which compromises the offer of education as a social right.

Keywords: **Privatization. Financialization. COGNA Education. Basic education. University education.**

[1] O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa financiada pelo CNPq.

La Privatización de la Educación Básica y Superior en Tiempos de Financiamiento: el caso de 'Cogna Educação'

Resumen

Este texto tiene como objetivo discutir el desempeño de la empresa que cotiza en bolsa 'Cogna Educação', considerando el movimiento de financiarización de la educación superior y básica en Brasil, que se ha intensificado en la última década y se ha convertido en un atractivo polo de inversiones de grandes empresas. grupos. El texto analiza, principalmente, el movimiento expansivo y la financiación estudiantil del grupo empresarial. La metodología consiste en una investigación documental con datos recopilados de los informes institucionales de la empresa. Los resultados apuntan a un amplio proceso de mercantilización de la educación a partir de la inserción de grupos privados que cotizan en bolsa en el mercado de valores, como es el caso de Cogna Educação, que comprometer la oferta de la educación como derecho social.

Palabras clave: **Privatización. Financiarización. Educación COGNA. Educación Básica. Enseñanza Superior.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Acerca do Financiamento do Programa Ciência sem Fronteiras: Desafios de uma Política Pública Intersetorial de Mobilidade Acadêmica Internacional na Graduação

Viviane Xavier de Araujo Cruz

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília/DF – Brasil

Marcelo Leandro Eichler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

1. Introdução

Em 2011, pela primeira vez na história do Brasil, decidiu-se implementar uma política pública em larga escala de mobilidade estudantil internacional na graduação, por meio do Ciência sem Fronteiras - CsF.

O programa se propunha a oferecer, até 2014, 101.000 bolsas a estudantes e pesquisadores no país e no exterior, das quais 75.000 seriam financiadas com recursos do governo federal e 26.000, da iniciativa privada. Do total de bolsas, 79% delas seriam na forma de graduação-sanduíche.

O financiamento privado, além de viabilizar maior número de bolsas, mostrava-se particularmente relevante em um contexto no qual se buscava elevar o dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento - P&D, uma vez que o percentual era pequeno comparado aos países desenvolvidos.

Além disso, o CsF trazia como proposta a intersecção de políticas públicas educacional, industrial e de ciência, tecnologia e inovação - C,T&I, de forma que beneficiaria diretamente o setor industrial por meio da qualificação de recursos humanos em áreas estratégicas, o que era uma demanda do próprio setor (CRUZ; EICHLER; AMARAL, 2021).

Apesar de ter sido anunciada, em dezembro de 2014, a ampliação do programa, com a apresentação do Ciência sem Fronteiras II, e de a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT do Senado Federal ter proposto o Projeto de Lei nº 798/2015 para criar uma lei para o CsF e torná-lo perene, logo após o afastamento da presidente Dilma e entrada de Michel Temer, foi anunciado que a graduação seria excluída do programa, o que na prática o esvaziaria completamente. O argumento para tanto foi orçamentário.

Nesse contexto, este trabalho buscou compreender como se deram as negociações acerca do financiamento do CsF e como contribuíram par o fim do programa de mobilidade acadêmica internacional de destaque no governo Dilma chegou ao fim sem que se pensasse em formas de se aprimorar, redimensionar ou reformular a política, como se espera das retroalimentações típicas dos ciclos de políticas públicas.

2. Metodologia

A proposta do artigo é analisar como se deram as negociações acerca do financiamento do CsF a partir de análise dos documentos da época e das matérias de jornais impressos selecionadas pelo clipping diário da Capes no período de julho de 2011 a dezembro de 2016 que tratavam o CsF como tema central (não apenas o citaram). A partir daí, foi traçado um diálogo com a literatura acerca das questões políticas e socioeconômicas do país para compreender os conflitos que emergiram da análise.

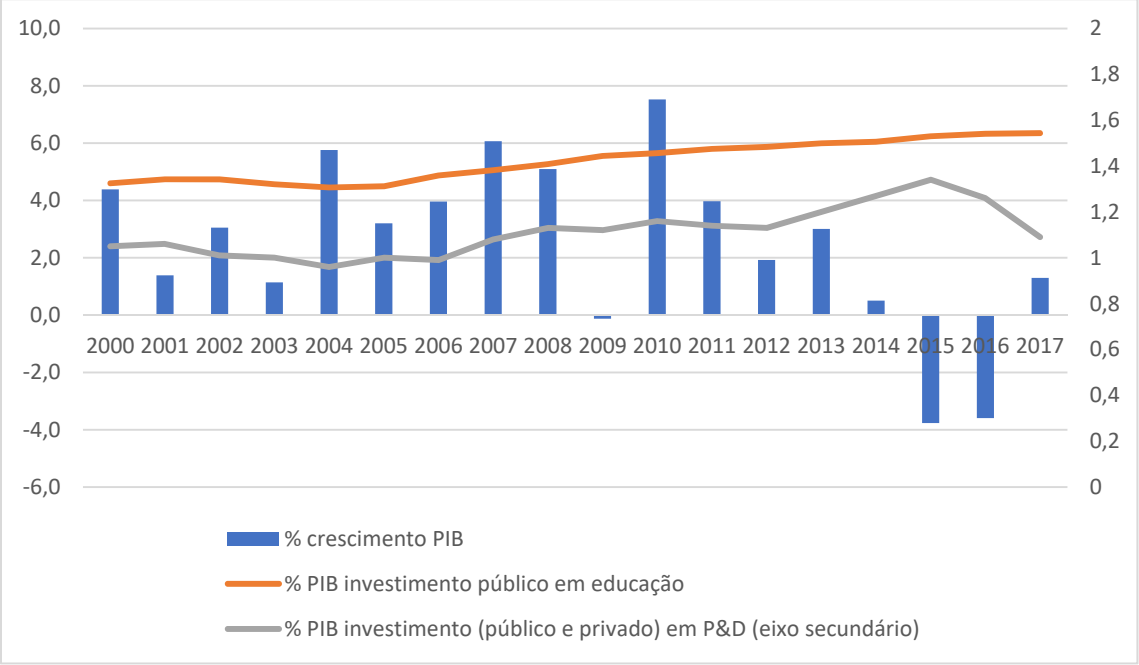
Para esta pesquisa foram analisadas 885 matérias (reportagens, artigos, editorais ou quaisquer outros materiais midiáticos), publicadas em 98 jornais impressos das cinco regiões do país. Algumas notícias foram replicadas em diferentes jornais, sendo contabilizadas quantas vezes foram publicadas.

Além dos documentos oficiais do CsF, também foram analisadas as atas do Conselho Superior da Capes – CS, de janeiro 2011 a maio de 2016. O CS é um órgão colegiado deliberativo institucional, ao qual compete, entre outras atribuições, estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudo e auxílios, aprovar a proposta orçamentária da Capes e subsidiar a elaboração do Plano Nacional da Educação - PNE com propostas relativas às finalidades da Capes (BRASIL, 2017).

3. Resultados

Entre 2004 e 2010, o Brasil viveu um bom momento econômico, quando, segundo Carvalho (2018), se conseguiu ter altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB ao mesmo tempo em que havia aumento sustentado dos salários, melhorias das contas públicas e externas e crescimento do consumo e do investimento para investir em infraestrutura física e social, incluído aí o CsF, como se vê na Figura 1. Um fato que contribuiu para o aumento do PIB no período analisado foi a descoberta de uma nova área de exploração de petróleo, o pré-sal, em 2006 (MCTI, 2013).

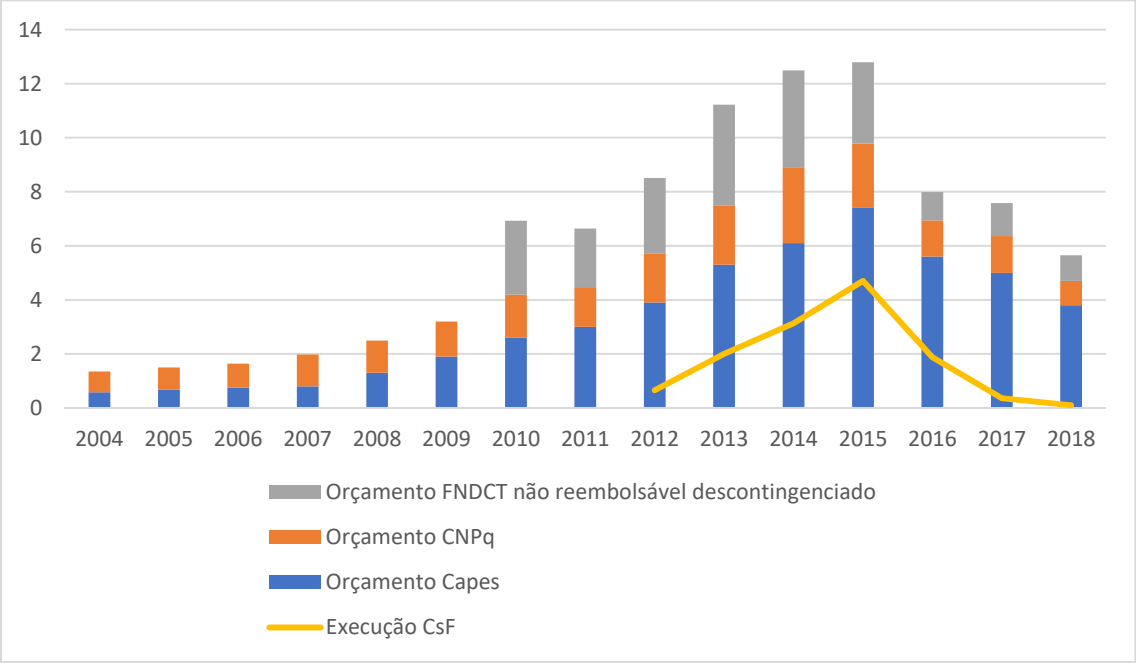
Figura 1 – Evolução do PIB e dos investimentos em educação e em P&D



Fonte: Elaboração própria, com dados de IBGE (2021), INEP (2021), MCTI (2020).

À época, discutia-se o novo PNE, que começou a ser desenhado em 2008 e foi aprovado em 2014, estipulando como meta aumentar o investimento em educação pública para 10% do PIB até 2024. Nessa linha, como se vê na Figura 2, os orçamentos tanto da Capes quanto do CNPq vinham crescendo no período.

Figura 2 – Evolução do orçamento do CsF em bilhões de reais

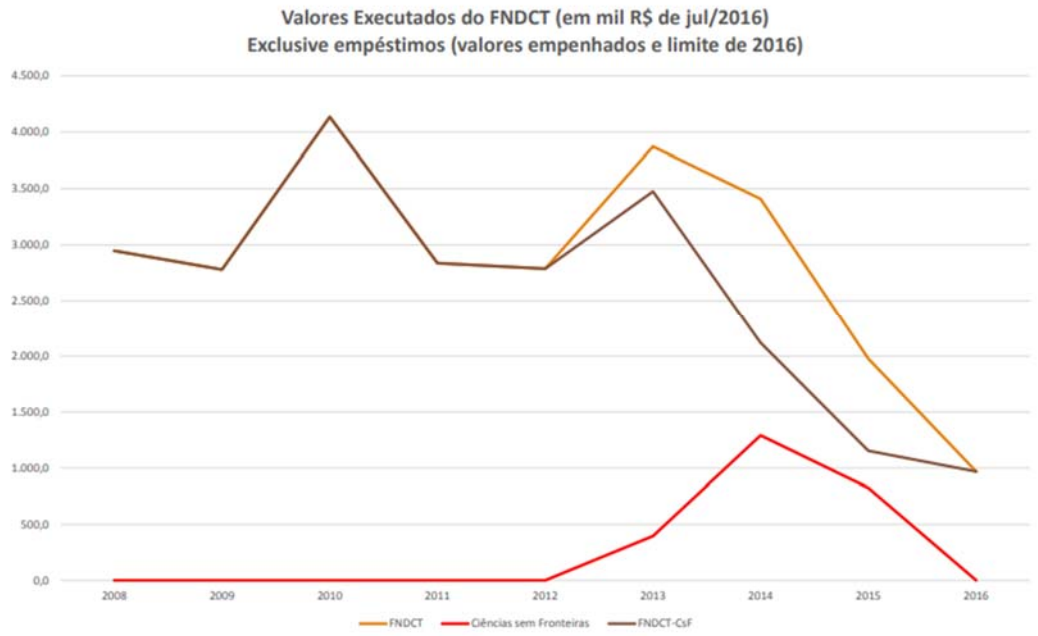


Fonte: Elaboração própria com dados de CARVALHO (2015), CAPES (2021), MCTIC (2021), PACHECO (2016), BRASIL (2021).

No entanto, o compromisso do setor privado de financiar parte das bolsas não foi cumprido como acordado. Para Singer (2015), houve, por parte do empresariado, uma união antidesenvolvimentista que resultou em uma "greve de investimentos"[1], um boicote do empresariado industrial insatisfeito com as políticas de pleno emprego e de redução dos juros. Os industriais se recusavam a investir para impedir que o Estado continuasse atuando em prol do pleno emprego, que aumentava os custos da mão-de-obra e aumentava o poder relativo da classe trabalhadora e dos sindicatos.

O não cumprimento do acordo do setor privado aliado à alta do dólar e aos gastos não previstos, como com curso de idiomas, provocaram um gasto público acima do esperado, causando uma sobrecarga do governo, que buscou fechar acordos com empresas estatais e tentou angariar fundos nas receitas dos *royalties* do petróleo, o que em parte foi barrado pelo Congresso, e utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o que gerou inúmeras críticas de que estaria minando os investimentos em P&D. Além disso, mudanças no fundo acabaram diminuindo sobremaneira sua arrecadação. Na Figura 3, vemos a execução do fundo.

Figura 3 – Valores executados do FNDCT (2008-2016)



Fonte: PACHECO, 2016.

Em junho de 2016, foi apresentada pelo governo a Proposta de Emenda à Constituição – PEC do teto dos gastos públicos, que visava a limitar o crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos. A proposta era que o valor da despesa primária paga no ano tivesse como limite o valor pago no exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. TAL PEC que foi promulgada em 15 de dezembro de 2016, ia diretamente contra o PNE, que previa um aumento de investimento em educação pela União nos 10 anos seguintes, de forma a chegar a 10% do PIB.

1 Expressão do sociólogo Wolfgang Streek.

A questão orçamentária foi o principal argumento usado no governo Michel Temer, após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, para a exclusão da graduação no programa, o que, na prática, resultou no fim do programa e da política. O novo ministro da Educação, logo após sua posse, afirmou, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, em setembro de 2016, que a exclusão da graduação se daria porque o custo era muito alto e comparou o recurso gasto com um programa federal de merenda escolar.

4. Considerações Finais

Embora o programa pareça ter chegado ao fim por questões orçamentárias, como sugeriu o ministro Mendonça Filho, há indícios de que houve outras questões envolvidas.

O que se observa é que o governo aproveitou um bom momento econômico vivido entre 2004 e 2010 e elegeu como a principal prioridade garantir acesso à educação. A política de mobilidade acadêmica internacional estava inserida nesse contexto. No entanto, esbarrou em algumas questões sensíveis.

Um possível descontentamento com o CsF pode ter vindo da concessão de bolsas para alunos de baixa renda. O CsF foi instituído como um grande desafio: além de implementar 101 mil bolsas de mobilidade acadêmica internacional em quatro anos, tinha o intuito de dar oportunidade a acadêmicos de todo o Brasil, especialmente os com baixa renda, de frequentar universidades no exterior. No entanto, observou-se muita pressão do setor industrial para que as bolsas concedidas fossem para o ensino profissionalizante e não para o superior.

Segundo Carvalho (2018), uma consequência do modelo de crescimento com distribuição de renda é o seu caráter inflacionário. Os protestos de 2013 e as manifestações a favor do *impeachment* de Dilma vinham, em parte, do descontentamento da classe média com o encarecimento de serviços causado por ganhos salariais de categorias de trabalhadores que, em geral, são de classes mais baixas (CARVALHO, 2018). Tornar pessoas de baixa renda melhor qualificadas diminui o número de trabalhadores mal qualificados e essa escassez faz aumentar seus salários. Isso pode ter desagradado o setor industrial, que desistiu de financiar o programa quando ele já estava em funcionamento.

Além disso, após a crise da política neodesenvolvimentista, provocada fundamentalmente pela ofensiva restauradora do campo político neoliberal ortodoxo após embates do governo com o capital bancário nacional e o capital produtivo nacional (BOITO JR, 2016) No fim das contas, a política instaurada por meio do CsF, como parte de uma política predominantemente neodesenvolvimentista que se desgastou após embates do governo com frações da classe dominante brasileira ao tentar romper com o domínio dos setores financeiros (PACCOLA; ALVES, 2018), não cabia mais no modelo neoliberal que ascendeu após a queda da presidente Dilma e que reduziu o fomento científico de modo geral. Dessa forma, a política foi descontinuada, sem previsão de retorno enquanto perdurar o que Casara (2017) chamou de “Estado Pós-Democrático”, que seria a forma atual de se governar, economicamente neoliberal, em que o mercado, a circulação do dinheiro e dos bens ganham mais relevância que os direitos fundamentais, como a educação, vistos como um obstáculo à mercantilização.

Referências

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Critica Marxista**, São Paulo, v. 42, p. 155-162, mai., 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017. Brasília, 2017.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: http://www.transparencia.gov.br. Acesso em 7 jun 2021.

CARVALHO, Murilo da Silva. Indicadores da Educação Superior Brasileira de 2003 a 2013: Dados e Resultados das Políticas Públicas Implementadas. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 10, n.1, p.176-202, jan./abr. 2015.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASARA, R. **Estado pós-democrático**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CRUZ, Viviane Xavier de Araujo; EICHLER, Marcelo Leandro; AMARAL, Lívio. Programa Ciência sem Fronteiras: Um Estudo sobre a Intersetorialidade na Política Pública de Mobilidade Acadêmica. In: **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)**, 2021.

IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA]. **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física** (PIM-PF), de 7 de maio 2014.

MCTI [MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**]. Diretrizes Estratégicas Para o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural** – CT-Petro. Brasília, 2013.

MCTI [MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO]. **Apresentação do ministro Marcos Pontes em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados no dia 7 de abril de 2021**.

NEW YORK TIMES. **An impeached president**: reeling but defiant. 13 abr 2017.

PACCOLA, Marco Antonio ALVES, Giovanni Antonio o. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.2, p.269-281, 2018.

PACHECO, Carlos Américo [FAPESP]. O FNDCT e a Reforma do Financiamento de CT&I. In: **Fórum RNP 2016**.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 102, p. 43-71-71, 2015.

SINGER, A. **O Lulismo em Crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Autonomia Universitária e Universidades Estaduais: quais os caminhos do financiamento?

Emerson Duarte Monte

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém/PA – Brasil

Giselle dos Santos Ribeiro

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Resumo

O artigo possui como objeto de pesquisa o financiamento das universidades estaduais como instrumento de garantia efetiva da autonomia universitária. Objetiva apresentar a atual base legal que estrutura o desenvolvimento do financiamento dessas instituições considerando o panorama nacional em articulação com a base teórica que versa sobre as condições necessárias para a efetivação da autonomia universitária com centralidade para a autonomia de gestão financeira e patrimonial. Desenvolve-se por meio de uma pesquisa qualitativa de nível descritivo e privilegia o uso de documentos. Conclui com a demonstração de frágeis dispositivos jurídicos que efetivem a autonomia de gestão financeira preconizada pela constituição federal às universidades estaduais e que se encontra em etapa de perda de direitos, acerca da subvinculação orçamentária, como resultado da ação dos governos estaduais.

Palavras-chave: **Autonomia de gestão financeira. Universidades estaduais. Orçamento público. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.**

Abstract

This article discusses the financing of brazilian state universities as an instrument of effective guarantee of university autonomy. It aims to present the current legal basis that supports the financing development of these institutions, considering the national scenario in conjunction with the theoretical basis that deals with the necessary conditions for the realization of university autonomy with centrality to the autonomy of financial and asset management. The study is based on a qualitative descriptive analysis that focuses on documental approach. Concludes that there is a lack of effective legal mechanisms to enforce the financial management autonomy recommended by the federal constitution to brazilian state universities and that it is in a stage of loss of rights, regarding budget sub-binding, as a result of the action of state governments.

Keywords: **Financial management autonomy. State Universities. Public budgeting. Maintenance and Development of Education.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financiamento das Ações do Ministério da Educação para o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 no Brasil

Ramon Igor da Silveira Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil

Josenildo Diniz Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil

Kadydja Karla Nascimento Chagas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil

Introdução

Este estudo é parte integrante do Projeto de Pesquisa intitulado "Políticas de financiamento da educação no Brasil e Portugal em tempos de pandemia (2019 a 2021): prioridades e garantia do direito à educação", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e a Licenciatura em Matemática do IFRN – Campus São Paulo do Potengi, em atendimento ao Edital nº 14/2021 – PROPI-ASERI/RE/IFRN.

Para que uma política seja considerada como prioritária, deve estar necessariamente acompanhada de uma política de financiamento que possibilite sua execução. No Brasil, a política educacional teve recursos assegurados a partir da Constituição Federal (CF) de 1934, a qual inaugurou a estratégia de vincular, para o financiamento da educação, uma porcentagem mínima das receitas provenientes da arrecadação de impostos. Atualmente, os percentuais mínimos de investimento, definidos pelo Art. 212 da CF de 1988, são de 18% para a União, e de 25% para os Estados, Municípios, e Distrito Federal (FERREIRA, 2014).

Um ano atípico para as políticas educacionais foi o de 2020, que teve as atividades escolares interrompidas em função da pandemia do novo Coronavírus. Capaz de causar infecções respiratórias graves, o vírus impôs o cenário de distanciamento social que afetou as políticas de educação. Pelo menos 186 regiões tiveram suas escolas fechadas na tentativa de conter a doença, estando o Brasil entre essas (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020).

O estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, dispensou o governo de cumprir os resultados fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. Esse cenário, se por um lado impôs alterações na alocação dos expedientes das pastas ministeriais, também permitiu um maior aporte de recursos por elas, dada a necessidade de orçamento adicional estabelecido pela pandemia. Nesse sentido, e

> Com o propósito de evidenciar os esforços relacionados ao combate da Covid-19 foi criada, no âmbito federal, a ação orçamentária "21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus" – ação

> multissetorial utilizada, exclusivamente, para atender despesas à conta de crédito extraordinário (MEC, 2021, p. 71).

Isto posto, essa pesquisa tem por objetivo analisar os recursos provenientes da Ação Orçamentária (AO) 21C0, encaminhados ao Ministério da Educação (MEC) por meio de Medidas Provisórias (MP) durante a pandemia. Para tanto, tomou-se como fonte o Relatório de Atividades intitulado "Ações do MEC em resposta à pandemia de Covid-19", o qual possui uma seção dedicada a tratar da execução orçamentária. Pretende-se, portanto, com a pesquisa, identificar as prioridades da pasta para o período determinado.

Metodologia

Este estudo possui uma abordagem qualitativa. Por se utilizar das contribuições teóricas de outros estudiosos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que "é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores" (SEVERINO, 2007, p. 122). O construto ainda analisou o Relatório de Atividades do MEC e legislações relacionadas, correspondendo, portanto, também a uma pesquisa documental, sendo essa a que utiliza de documentos no sentido amplo. Assim, as fontes analisadas são a matéria-prima, visto que não passaram por tratamento analítico anterior (SEVERINO, 2007).

Resultados e Discussão

De acordo com o Relatório de Atividades do MEC, que apresenta medidas empenhadas pelo governo federal entre março de 2020 e março de 2021, a pasta recebeu, por meio de MPs decorrentes da AO 21C0, incentivos financeiros para custear ações de enfrentamento às adversidades ocasionadas pela pandemia de Covid-19.

O relatório destaca, como mostra a Figura 1, a MP n° 924, de 13 de março de 2020, a MP n° 942, de 02 de abril de 2020, e a MP n° 1001, de 15 de setembro de 2020, através das quais o MEC captou R$ 778,9 milhões em Créditos Extraordinários (CE) para uso em despesas discricionárias, ou seja, aquelas que o governo não tem obrigação de executar e, portanto, estão sujeitas a cortes ou bloqueios.

Figura 1 – CE Covid-19 MEC por Instrumento legal (em R$) (MEC, 2021)

N° Medida Provisória	Publicação	Valor (R$)
924	13/03/2020	261.000.000,00
942	02/04/2020	339.371.072,00
1001	15/09/2020	178.566.289,00
TOTAL		**R$ 778.937.361,00**

A MP 924/2020 foi responsável por abrir CE em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R$ 5.099.795.979,00. No entanto, como visto na Figura 1, ao MEC foram destinados R$ 261.000.000,00. O Art. 2° indica que o recurso decorre da anulação parcial de dotação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que se

destinaria ao Programa Educação Básica de Qualidade, e utilizado no apoio à infraestrutura para a Educação Básica (BRASIL, 2020a).

O texto também aponta que os valores foram destinados ao Ensino Superior, para ações que a MP coloca como de "enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus". Assim, o CE foi dividido entre o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), o qual recebeu R$ 57.000.000,00 para a aquisição de insumos hospitalares, e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) que, responsável pela administração da rede que inclui 40 Hospitais Universitários, obteve R$ 204.000.000,00 (BRASIL, 2020a).

O Relatório de Atividades do MEC ressalta que, do total previsto, "R$ 65,2 milhões, sendo R$ 58,7 milhões da EBSERH e R$ 6,5 milhões do HCPA, foram bloqueados devido ao encerramento da vigência da MP nº 924, de 13 de março de 2020, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional" (MEC, 2021, p. 71). Uma vez que não foi convertida em lei, nos prazos determinados pelo § 3° do Art. n° 62, da CF de 1988, a MP teve sua vigência encerrada em 10 de julho de 2020.

A MP 942/2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020, também abriu CE, dessa vez em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R$ 639.034.512,00 (BRASIL, 2020b). Contudo, como mostrou a Figura 1, ao MEC foram direcionados R$ 339.371.072,00. A Figura 2 indica como o CE, que foi igualmente designado para o Ensino Superior, dividiu-se entre as instituições receptoras.

Na exposição de motivos que deu origem a MP 942/2020, foram apresentados, entre os argumentos para a destinação da receita: a possibilidade de auxílio no enfrentamento à pandemia através da produção de álcool em gel e oxigênio hospitalar pelas Universidades e Institutos Federais; a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para profissionais de saúde, pela Universidade Federal de São Paulo; a compra de equipamentos para Centros de Terapia Intensiva (CTI), pelo Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a reforma e manutenção predial para a estruturação de novos leitos, além da manutenção de equipamentos médicos inoperantes dos Hospitais Universitários Federais, pela EBSERH; e a obtenção de equipamentos para testes laboratoriais, medicamentos, EPI's, e realização de obras para a ativação de novos leitos de CTI, pelas demais Universidades e Fundações.

Figura 2 – Detalhamento do CE direcionado ao MEC pela MP n° 942/2020 (BRASIL, 2020b)

Destino do Crédito Extraordinário	Valor (R$)
Administração Direta	84.837.709
Universidade Federal de Alagoas	4.714.970
Universidade Federal da Bahia	87.000
Universidade Federal do Espírito Santo	1.476.000
Universidade Federal de Goiás	2.260.000
Universidade Federal de Juiz de Fora	150.551
Universidade Federal de Minas Gerais	21.547.648
Universidade Federal do Paraná	1.932.200
Universidade Federal de Pernambuco	12.000.000
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	18.122.734
Universidade Federal do Rio de Janeiro	20.781.964
Universidade Federal de Santa Catarina	4.280.000
Universidade Federal de Santa Maria	12.000.000
Fundação Universidade Federal de Roraima	1.271.000
Fundação Universidade Federal do Tocantins	1.345.000
Universidade Federal Rural da Amazônia	1.910.050
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	925.000
Universidade Federal de Alfenas	7.873.883
Universidade Federal de São Paulo	13.300.000
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	100.000
Fundação Universidade de Brasília	6.572.000
Fundação Universidade Federal do Acre	30.000
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	557.635
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	245.000
Fundação Universidade Federal de Pelotas	673.566
Fundação Universidade Federal de São Carlos	1.970.000
Fundação Universidade Federal de Viçosa	2.640.000
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	100.000
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	120.220
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	300.000
Fundação Universidade Federal do ABC	488.171
Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro	43.461.017
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	70.000.000
Universidade Federal do Oeste da Bahia	600.000
Universidade Federal do Sul da Bahia	646.754
Universidade Federal de Catalão	51.000
TOTAL	339.371.072,00

Finalmente, a MP 1001/2020 abriu crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00 (BRASIL, 2020c). Porém, como indicou a Figura 1, foram repassados ao MEC R$ 178.566.289,00. O destino dos recursos foi reportado já na exposição de motivos da MP, que visou possibilitar o atendimento de gastos adicionais com a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), e do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA), sendo, portanto, uma ação com foco nas avaliações educacionais propiciadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Conclusões

Após a análise do Relatório de Atividades do MEC, foi possível aferir que a pasta recebeu, por meio da AO 21C0, o total de R$ 778.937.361,00, através das MPs 924/2020, 942/2020, e 1001/2020. O CE, direcionado prioritariamente ao Ensino Superior, foi aplicado nas redes federais, nas unidades hospitalares universitárias, e na efetuação de avaliações educacionais promovidas pelo INEP. Como mostra a Figura 3, a execução atingiu percentual superior a 80%.

Figura 3 – Execução CE COVID-19 MEC por Unid. Orçamentária - Ação 21C0 (MEC, 2021)

Unidade Orçamentária	Dotação (R$)	Despesas (R$)	% Execuçã
Adm. Direta	84.837.709,00	82.199.769,51	97%
EBSERH	274.000.000,00	198.105.727,20	72%
Universidades Federais	141.072.346,00	132.807.095,45	94%
INEP	178.566.289,00	145.580.185,42	82%
HCPA	57.000.000,00	50.485.735,00	89%
Complexo Hosp. UFRJ	43.461.017,00	43.461.013,79	100%
TOTAL	**778.937.361,00**	**652.639.526,37**	**84%**

É de grande importância ressaltar que, diante dessas considerações iniciais, o que se observou foi o indicativo de que recursos oriundos do FNDE, que se destinariam à Educação Básica, foram anulados e encaminhados ao Ensino Superior, como aponta o Art. 2° da MP 924/2020. Por se tratarem de observações preliminares, uma vez que a pesquisa encontra-se ainda em estágio inicial, o assunto será melhor investigado em estudos posteriores.

Ademais, apesar de não estar presente na seção referente à Execução Orçamentária, ao citar as ações relacionadas à implementação de atividades não presenciais, permitidas pela Portaria MEC n° 376, de 3 de abril de 2020, o relatório indica que o Programa Alunos Conectados, que oferece *chips* com pacotes de dados para estudantes de instituições federais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi implementado com R$ 18 milhões, e que, para a garantia de conectividade, possibilitada através da compra de equipamentos tecnológicos por esse alunado, foram disponibilizados R$ 8 milhões.

Assim, ainda que as ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus sejam de grande relevância para o momento, é necessário salientar que essas foram priorizadas, pelo MEC, em detrimento de outras de igual importância, como a Assistência Estudantil, por exemplo, que busca assegurar o direito à educação.

Referências

BRASIL (2020a). **Medida Provisória n° 924, 13 mar. 2020.** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9vz4bue>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL (2020b). **Medida Provisória n° 942, 2 abr. 2020.** Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R$ 639.034.512,00, para os fins que especifica. Disponível em: <https://tinyurl.com/8a32y8b4>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL (2020c). **Medida Provisória n° 1001, 15 set. 2020.** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/2uyjey5f>. Acesso em 19 set. 2021.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. **O FUNDEF e o FUNDEB como política de financiamento para a valorização do magistério:** efeitos na carreira e na remuneração dos professores da rede pública estadual de ensino do RN. 2014, 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/468pdjnx>. Acesso em: 04 jul. 2020.

MEC. **Relatório de Atividades – Ações do MEC em resposta à pandemia de COVID-19:** março/2020 a março/2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4rft6km9>. Acesso em: 19 set. 2021.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, jul./set. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 309 p.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O (Des)Financiamento da Pesquisa no Brasil: uma análise da execução orçamentária das agências e fundos federais de apoio à pesquisa

Camila Furlan da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

Pedro de Almeida Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar e problematizar os dados da oscilação da execução orçamentária federal dos fundos e agências de fomento às políticas de C&T, nomeadamente da CAPES, do CNPq e do FNDCT no período de 2003 a 2020. Localizamos essa questão no contexto de um sistema de Ciência e Tecnologia (C&T), jovem, débil em comparação internacional, e subordinado a vetores neoliberais do capitalismo internacional, o que o tem focado, nas últimas décadas, para a inovação e suas externalidades para o setor produtivo. A problematização é feita a partir de duas categorias conceituais: o neoliberalismo acadêmico e o desenvolvimento histórico dessas agências e fundos. Os resultados mostram que o contingenciamento dos recursos voltados para o financiamento da Política de C&T, compromete a manutenção do Sistema Nacional de C,T&I e compromete o próprio projeto neoliberal de geração de inovação a partir da interação universidade-empresa, e intensificar, ainda mais, a dependência tecnológica do País.

Palavras-chave: **Financiamento da pesquisa. Ciência, Tecnologia e Inovação. investimento em ciência.**

Abstract

This article aims to present and discuss the oscillations of the Brazilian federal budgetary expenditures of funds and agencies that promote Science and Technology (S&T) policies, namely CAPES, CNPq and FNDCT in the period from 2003 to 2020. We place this issue in the context of a young and weak, in international comparison, S&T system, subordinated to neoliberal vectors of international capitalism, which has focused, in recent decades, on innovation and its externalities for the industries and firms. The problematization is based on two conceptual categories: academic neoliberalism and the historical development of these agencies and funds. The results show that the budgetary execution reductions for the S&T Policy endanger the maintenance of the National S,T&I System and put in risk the neoliberal project of generating innovation from the university-company interaction, and intensify even more, the country's technological dependence.

Keywords: **Science Public Expenditures. Science, Technology and Innovation. Scientific Research Support.**

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir las oscilaciones de los gastos presupuestarios federales brasileños de fondos y agencias que promueven políticas de Ciencia y Tecnología (CyT), a saber, CAPES, CNPq y FNDCT en el período de 2003 a 2020. Situamos este tema en el contexto de un sistema de CyT joven y débil, en comparación internacional, subordinado a los vectores neoliberales del capitalismo internacional, que se ha

centrado, en las últimas décadas, en la innovación y sus externalidades para las empresas. La problematización está basada en dos categorías conceptuales: el neoliberalismo académico y el desarrollo histórico de estas agencias y fondos. Los resultados muestran que las reducciones en la ejecución presupuestaria de la Política C&T ponen en peligro el mantenimiento del Sistema Nacional de C, T & I y ponen en riesgo el proyecto neoliberal de generar innovación a partir de la interacción universidad-empresa, e intensificar aún más la dependencia tecnológica del país.

Palabras-clave: **Financiamiento de la investigación científica. Ciencia, Tecnología e Innovación. Inversiones en ciencia.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O Ensino Superior Privado-Mercantil a Distância: a Universidade Pitágoras Unopar na era financeirizada[1]

Maria Caroline Cavalcante dos Santos

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Introdução

A expansão da educação superior privado-mercantil nas últimas décadas tem intensificado com os novos "arranjos" financeiros utilizados pelo setor privado, sobretudo, pela abertura de capital na BM&Bovespa, com grandes fundos de investimentos e formação de grandes conglomerados no ensino superior (VALE, CHAVES E CARVALHO, 2014).

Privado-mercantil é um termo cunhado por Sguissardi (2008) para discernir as IES privadas particulares, (com fins lucrativos), das IES privadas (sem fins lucrativos), no qual foi possível pela regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN,1996), que possibilitou o ensino superior no mercado. Tais processos influenciaram a financeirização da educação superior, pelas operações ocorridas nos fundos de investimentos *private equity* e abertura de capital das empresas educacionais na BM&Bovespa a partir de 2007. (CARVALHO, 2017).

Dentre os grupos listados na Bovespa, destacam-se os brasileiros: Cogna Educação (ex-Kroton), Yduqs (pertencente a Estácio Participações), Ânima, e Ser Educacional. No ano de 2020, a Kroton mudou de posição hierárquica, atualmente o grupo principal passou a ser denominada "Cogna Educação", no entanto, a Kroton não foi extinta, mas tornou-se uma marca segmentada da Cogna. Tendo em vista que, a *holdign* possui várias subsidiarias-marcas principais: Cogna ventures; Pitágoras Ampli; Kroton; Platos; Saber; Vasta Educação e Somos Educação. Neste resumo destacamos a Kroton como grupo principal da Unopar, uma vez que, a incorporação/aquisição ocorreu antes da mudança institucional hierárquica.

Este estudo tem como objetivo analisar a participação da Universidade Pitágoras Unopar no processo de expansão da Educação Superior brasileira por meio do ensino a distância. Importante mencionar que o grupo privado mercantil Cogna/Kroton é controladora da Universidade Pitágoras Unopar.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por corresponder a um conjunto de fatores que desvelam a realidade por meio de significados, cujo fenômeno é interpretado como parte da realidade social (MINAYO,2009). Realizamos um estudo teórico sobre a expansão das IES privada-mercantil, destacando autores como Vale, Chaves e Carvalho (2014), Sguissardi (2008; 2015) e Carvalho (2013; 2017) que fundamentou a análise documental, cujas fontes

[1] A temática faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

foram as reportagens eletrônicas e do *site* oficial do grupo Kroton, e microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) da Unopar.

Resultados e Discussões

A Universidade Pitágoras Unopar atualmente é de natureza privada, com fins lucrativos, e obtém no Brasil 1.553 (mil quinhentos e cinquenta e três) polos de unidades. Oferta diversos cursos superiores, graduações e pós-graduações na modalidade "semipresencial", e de acordo com o Ministério da Educação/Sistema e – MEC essa modalidade é a distância (EaD).

Sua visibilidade no mercado educacional se deu por meio da oferta de cursos de graduação a distância, tornando a principal instituição com matrículas efetivadas nesta modalidade em 2009, o que atraiu os investimentos financeiros de um dos maiores grupos educacional privado no Brasil, a Kroton Educacional S.A (KROTON, 2012).

Como estratégia de mercado na concentração de matrículas no ensino superior privado-mercantil, o grupo Kroton realizou a incorporação com a Unopar[2] em 15 de dezembro de 2011, no entanto, a divulgação se tornou oficializada somente em setembro de 2012, por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária.

> [...] Em 15 de dezembro de 2011, a Editora e Distribuidora Educacional S.A., subsidiária integral da Kroton ("Editora"), celebrou, com os então sócios controladores da UNOPAR "Contrato de Associação" por meio do qual as partes acordaram os termos e condições para: (a) a compra, pela Editora, de quotas representando 80% (oitenta por cento) do capital social total e votante da UNOPAR; e (b) a incorporação, pela Kroton, das quotas remanescentes de emissão da UNOPAR [...] (KROTON, 2012, p. 10-11).

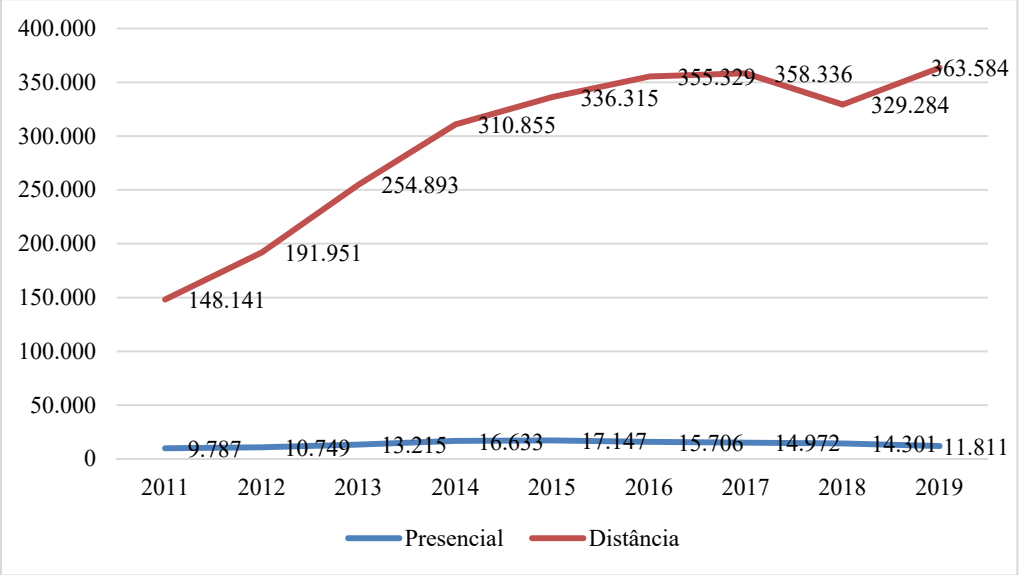
O valor incorporado foi de 1,3 (um bilhão e trezentos milhões de reais), considerada a maior aquisição e movimentação financeira do setor de educação superior do Brasil. Com essa negociação a Kroton torna-se um dos maiores grupos de ensino superior do Brasil e 6ª (sexta) maior do mundo em 2011.

É possível perceber que após a venda, as IES são incorporadas pelo grupo, respaldada pelo Protocolo e justificação de incorporação, amparada pela Lei 6.404/1976 das Sociedades Anônimas (BRASIL,1976). Os titulares deixam de ser donos, e passam a ser sócios através de suas mantenedoras, neste caso, a Unopar que se tornou uma marca pertencente do grupo, como também passou a ser sócia de uma das subsidiárias do grupo, neste caso, da Editora e Distribuidora de Ensino S.A.

As marcas pertencentes ao grupo Kroton, ao serem adquiridas passam a organizar a sua gestão com base nos princípios da governança corporativa, "[...] como estratégia de retomada dos alicerces da empresa". (SEBIM,2014, p.63) Cujas mudanças são estratégias de expansão da marca, sobretudo, expansão da Kroton. Desde sua aquisição, a Unopar concentra um total de 137,7% das matrículas de cursos na modalidade de ensino presencial e a distância, conforme destaque, abaixo.

[2] No ano da aquisição, a Unopar era denominada "Universidade Norte do Paraná", passando em 2016, a ser a "Universidade Pitágoras Unopar" (UNOPAR,2016).

Gráfico 1 – Matrículas nos cursos de graduação por modalidade de ensino- Unopar-Brasil (2011-2019)



Fonte: Microdados do INEP (2011-2019), 2021.

No período de 2011-2019, há um grande crescimento orgânico das matrículas na modalidade a distância, aproximadamente 145,4%, enquanto o presencial apenas 20,7% (INEP,2019). Sua expansão na modalidade a distância foi acelerada tanto pela concentração de matrículas, quanto pelos polos de apoio presencial, pela execução de estratégia de mercado do "semipresencial" para captação de alunos no oferecimento de aula presencial duas vezes na semana (UNOPAR, 2021).

Os cursos de graduação ofertados pela Unopar são: Bacharelado, Licenciatura, e Tecnólogo, nas duas modalidades de ensino. Mas sua expansão no mercado se dá através do ensino a distância com um total de 105 cursos ofertados (EaD) com predominância para os cursos tecnológicos com 63 opções, em seguido dos cursos de Bacharelados com 29, e as licenciaturas que ofertam 13 cursos (UNOPAR, 2021).

Conclusão

A expansão privado-mercantil no país se materializa a partir da LDB 9.394/96 e se intensifica com a abertura de capital pelos grupos educacionais na BM&Bovespa em 2007. A presença dos fundos de investimentos *private equity* nacionais e transnacionais dos grupos na BM&Bovespa aguçam a competitividade das ações, e a formação de *commodity*, caracterizados pelo baixo valor agregado de mercadoria (SGUISSARDI, 2015). A competição no mercado de ações movimenta os grupos educacionais pela expansão nas ofertas de cursos de graduação, que visam a formação de oligopólios, como forma de estratégia pelas fusões e aquisições de instituições privadas.

Após a Unopar passar a ser uma marca da Kroton, as matrículas se expandem, e há maior visibilidade para a marca "Pitágoras". A expansão da Unopar na lógica mercantil teve grande contribuição para a o grupo educacional Kroton se tornar líder em matrículas no ensino superior privado, sua aquisição impulsionou a concorrência dos mercados de ações na Bovespa e torna a educação mais mercantilizada. Observa-se que a oferta de educação na modalidade a distância, na última década, é fundamental para o aumento significativo das

matrículas na Unopar, o que contribui para que essa modalidade seja um importante destaque em sua configuração.

Importante frisar, que a expansão das instituições privada-mercantil, de modo específico da Unopar, é impulsionada pelas políticas de cortes de verbas para as universidades púbicas, pela consolidação de grupos empresariais da educação privada, pela apologia ao ensino a distância, dentre outros aspectos que são respaldados pelos organismos internacionais e pelo Estado neoliberal, na sociedade do capital, com vistas ao desmonte da educação superior púbica, gratuita e de qualidade social.

Referências

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades Anônimas por Ações.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF.

CARVALHO, C. H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p.761-776, set. 2013.

CARVALHO, C. H. A. Educação superior privada no Brasil: Concentração de mercado e financeirização em simbiose. In: CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. (Org.) **Políticas de financiamento da educação Superior num Contexto de Crise**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2017. Cap. 4. p. 99-118.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS Anísio Teixeira - Inep. **Microdados do Censo de Educação Superior 2011-2019**. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> Acesso em 16 fev. 2021.

KROTON EDUCACIONAL S/A. **Ata da assembleia geral extraordinária 2012.** Disponível em:http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/arquivos/Ata_AGE__incorpora%E7%E3o_28.09.2012.pdf> Acesso em: 16 nov. 2020.

KROTON EDUCACIONAL S/A. **Relatório da Unopar realizada em 2011.** Disponível em:< http://mzweb.com.br/kroton2010/web/arquivos/Unopar%20Presentation%20Analistas%20Port%20Call.pdf> Acesso em: 20 jul. 2020.

MINAYO, M.C de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28 ed. Rio de janeiro: Vozes, 2009. Cap. 1. p. 8-25.

SEBIM, C. C. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior:** o caso da Kroton no estado do Espírito Santo. 2014. 201f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2014.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008

SGUISSARDI. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 867-889, 2015.

UNOPAR. **Nossa história e número de polos**. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em 15 jul 2021.

VALE, Andréa Araújo do Vale; CARVALHO, Cristina Helena Almeida; CHAVES, Vera L. J. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, Belmiro; CASTRO, Alda; CERDEIRA, Luísa; CHAVES, Vera L. J. (Orgs.) **Os desafios da expansão em países de língua portuguesa**: financiamento e internacionalização. Lisboa (PT): Educa, 2014, p. 199-220.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O Fundo de Financiamento Estudantil nas Instituições de Educação Superior Filantrópicas

Jair Marques de Araujo

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande/MS – Brasil

Introdução

O trabalho apresenta resultados de pesquisa em andamento que versa sobre os processos de materialização da política de financiamento da educação superior, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em Instituições de Educação Superior sem fins lucrativos e as implicações para o acesso de estudantes nesse nível de ensino, no período de 2010 a 2018. Busca-se, aqui, discutir o processo de constituição do FIES no período definido, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

É importante lembrar que a expansão da educação superior no Brasil se dá por meio da abertura ao setor privado mais do que pelo investimento nas universidades públicas existentes (CHAVES; AMARAL, 2016). Nos documentos que embasaram a reforma de 1968, encontra-se estabelecido que a expansão se dará segundo a fórmula "expansão com contenção" (MARTINS, 2009, p 20), isto é, ampliar o sistema com o menor investimento possível. O setor privado é chamado a participar desse movimento, oferecendo vagas subsidiadas pelo poder público (MARTINS, 2009).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 concederam estabilidade e sustentação legal às instituições privadas. Os empresários da educação transformaram suas instituições em universidades, especialmente para usufruir das vantagens da autonomia na gestão de cursos e vagas e para se diferenciarem no mercado competitivo (MARTINS, 2009).

Em decorrência, o perfil do sistema federal de educação superior composto por 87,9% de IES privadas e 12,1% de IES públicas, segundo o Censo da Educação Superior de 2017 (MEC/INEP 2017). O setor privado detém 92,4% do total de vagas enquanto o público conta 7,6% (MEC/INEP 2017).

A preponderância do setor privado na educação superior, em que os alunos precisam arcar com as mensalidades, justifica o estudo do FIES, institucionalizado pela Lei 10.260/2001, no recorte temporal de 2010, considerando-se as alterações instituídas pela Lei n◦ 12.202, de 14 de janeiro de 2010, até 2018, correspondente ao término do governo de Michel Temer (2016-2018) durante o qual implantaram-se as mudanças legais instituídas pela Portaria MEC/FNDE N° 8 de julho de 2015, que restringiram o acesso ao FIES. As alterações legais de 2010 levaram o FIES a financiar 39% das matrículas novas das IES privadas no início de 2015 (BRASIL, 2018). No entanto, a Portaria Normativa nº 8, de 2 de julho de 2015, restringiu o acesso ao financiamento, diminuindo, sucessivamente, o número de novos contratos, respondendo, em 2018, por 2,6% das matrículas das IES privadas (SEMESP, 2020).

A análise do tema implica apreender o papel do Estado no contexto de mundialização do capital e discutir os caminhos de como acontece a relação entre o público e o privado na educação (PERONI, OLIVEIRA, FERNANDES, 2009) na formulação das políticas educacionais (FRIGOTTO, 2011), especialmente em relação à constituição do sistema de educação superior e ao financiamento desse nível de ensino.

Metodologia

A metodologia abrange análise bibliográfica, documental e de dados coletados em documentos do MEC/INEP, Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP) e da UCDB, IES filantrópica selecionada.

Resultados e Discussão: o FIES e a expansão da educação superior privada

No ano de 1999 o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) instituiu o FIES por meio de Medidas Provisórias que foram se sucedendo no período de 24 de junho de 1999 até o primeiro semestre de 2001 quando foi sancionada a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001. A Lei define a natureza do programa de financiamento, sistematizado como um fundo contábil, e também estabelece a forma de participação da União (BRASIL, 2001).

Com o novo programa de Crédito Educacional, houve expansão no número de estudantes atendidos. De 1999 a 2002 um contingente de 1.884.362 alunos foi contemplado com o FIES e para o ano de 2003 foram destinadas 40.000 novas vagas (BRASIL, 2003, p. 5). A criação do FIES proporcionou um novo ciclo de avanço da educação superior privada, com taxas de crescimento alcançando índices médios de 15,7% e 17,5% ao ano a partir de 1999, de forma que em 2002 o setor privado já era responsável por 70% das matriculas em cursos de graduação (MIRANDA, 2017).

Até o ano de 2009, o FIES financiava cerca de 5% do total de matrículas do setor privado. Entretanto, com o objetivo de intensificar o acesso à Educação Superior, foi sancionada a Lei 12.202 de 14 de janeiro de 2010, que promove mudanças significativas na execução do FIES. Dentre essas mudanças destacam-se a redução da taxa de juros para 3% ao ano, o alongamento do período de carência para 18 meses, a possibilidade de se pagar o financiamento por meio de trabalho no caso dos estudantes de Licenciaturas e de Medicina, a exigência de idoneidade cadastral somente para o fiador e constituição do fundo garantidor do empréstimo em substituição à figura do fiador (BRASIL, 2010. MIRANDA, p. 123).

A partir de 2010, em decorrência dessas mudanças, observa-se um avanço da participação do FIES no total de matrículas, de tal forma que no início de 2015 o FIES financiava aproximadamente 39% das matrículas novas nas IES privadas (BRASIL, 2017, p. 5). Entretanto, há uma redução significativa na celebração de novos contratos do FIES em 2015, 2016, 2017 e 2018 decorrente de restrições impostas pela Portaria MEC nº 8, de 2 de julho de 2015, passando de 733 mil novos contratos celebrados em 2014 para 287 mil em 2015, 201 mil em 2016 (BRASIL, 2017, p. 5), 168 mil em 2017 e 82 mil em 2018 (SEMESP, 2020). Tanto a expansão do programa como a sua redução levantam o questionamento sobre suas consequências para o acesso de estudantes e as formas de materialização dessa política pública na totalidade das IES privadas em geral e do setor sem fins lucrativos em especial.

Ressalta-se que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 estipula como meta para a educação superior brasileira a consecução de 50% de taxa de escolaridade bruta e de 33% de escolaridade líquida ao fim do período. Entretanto, a redução dos recursos disponíveis para investimento na educação como um todo (AMARAL, 2016), a aprovação do regime fiscal que congela os gastos e investimentos na educação (SANTOS, M. F. M.; ERNANDES, 2017) e a política de privatização da educação superior (BRASIL, 2017), fazem do tema do financiamento na educação superior uma categoria de análise fundamental para o entendimento do processo dialético de construção da configuração do sistema de educação superior brasileiro e suas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento e democratização do país.

Algumas questões são relevantes para esse contexto: qual o papel do Estado na constituição das estratégias de financiamento da educação superior no setor privado? Qual a relação que se estabelece entre o público e o privado na constituição e no desenvolvimento dessas políticas? Qual a contribuição do setor privado sem fins lucrativos e quais suas estratégias e possibilidades de financiamento na ampliação do acesso à educação superior no país? Essas questões demonstram que vale investigar como instituições de cunho não lucrativo, filantrópico, se utilizam dos recursos oriundos do FIES e como se posicionam na totalidade do mercado de educação superior privado.

As IES filantrópicas integram o sistema federal de educação superior em conformidade ao Artigo 19, Parágrafo 2° da LDB 9394/96, que estabelece as categorias administrativas das IES do sistema federal de educação superior (BRASIL, 1996). São mantidas por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; atendem ao princípio da universalidade do atendimento; em caso de dissolução, destinam seu patrimônio a instituição sem fins lucrativos ou pública; investe integralmente suas receitas na atividade fim; não distribui lucros ou dividendos aos seus diretores, sob qualquer título (Lei n◦ 12.101/2009). Essas caracterizações as diferenciam das IES privadas de cunho mercantil ou empresarial de fins lucrativos.

Os dados da IES filantrópica selecionada indicam que nos anos de 2010 a 2018 o FIES possibilitou o acesso de 3.442 alunos (38% do total de alunos) de 2010 a 2015; em consequência dos critérios mais restritivos na concessão dos financiamentos emanados da portaria MEC nº 8/2015, os dados dos anos de 2016 a 2018 indicam queda desse quantitativo e refluxo do acesso de novos alunos via FIES: 3.189 alunos em 2016 (36% dos alunos) e 2.066 (29% dos alunos) em 2018. A participação do FIES na receita da IES passou de 3% em 2010 para 34% em 2014; de 31,5% em 2015 para 24,3% em 2018, notando-se o declínio, resultante das mudanças legais estabelecidas (UCDB, 2021).

Conclusões

O processo de materialização da Política Pública de Financiamento da Educação Superior por meio do FIES indicam que ocorre a transferência de recursos públicos para a esfera privada, proporcionando o fortalecimento da presença de Instituições de Educação Superior privadas, a sustentação de grupos econômicos que exploram serviços educacionais auferindo lucros com base na compreensão de educação não como um direito do Cidadão, mas como um bem de serviço a ser ofertado dentro das regras do Mercado.

Entretanto, os dados indicam que os recursos do FIES podem proporcionar o acesso de alunos que não obtiveram vagas nas IES públicas em IES filantrópicas que possuem uma visão educacional diversa das IES mercantis de fins lucrativos.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: A "Morte" do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais**. RBPAE**, Goiânia, v. 32, n.3, p. 653-673 set./dez. 2016.

BRASIL. **Lei 10.260, de 12 de julho de 2001**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. **Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 07 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei 12.202 de 14 de janeiro de 2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. FNDE **Portaria Normativa nº 8, de 2 de julho de 2015**. Disponível em http://www.fnde.gov.br. Acesso em 30/09/2021.

BRASIL. **Diagnóstico FIES**. Brasília, 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil: o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educ. rev.** Belo Horizonte, v.
32, n.4, p.49, Dec. 2016.Disponívelem<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17 de novembro 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01017330200900 0100002&lng=pt&=iso>. Acessado em 17 nov. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002.

MEC/INEP. **Censo da Educação Superior**: Notas Estatísticas 2017. Brasília, 2017.

PERONI, Vera; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; FERNANDES, Maria Dilnéia E. Estado e Terceiro Setor: As novas Regulações entre o Público e o Privado na Gestão da Educação Brasileira. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, 2009.

SANTOS, M. F. M.; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Os impactos do novo regime fiscal no financiamento para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). **XXIII Simpósio Brasileiro / V Congresso Luso-Brasileiro/ I Colóquio Ibero-Americano de Politica e Administração da Educação**, v. 47, p. 2614-2625, 2017.

SEME/SP. Mapa do Ensino Superior no Brasil – 2020. Instituto SEMESP, S. Paulo, 2020.

UCDB. Universidade Católica Dom Bosco: registros contábeis, 2021.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Política Educacional: a lógica neoliberal no Ensino Superior no contexto da pandemia do Covid-19

Thalia Barbosa Mendonça

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Introdução

O que temos verificado nos últimos 3 anos desde as últimas eleições realizadas no ano de 2018 é um crescente ataque às universidades públicas, tendo em vista as constantes acusações de doutrinação dos professores para com os estudantes, isso tem se agravado principalmente desde a posse do atual Presidente da República onde é possível verificar através da mídia um posicionamento de ataque e desmonte da educação pública no ensino superior, isto é, considerando entre outros fatores os cortes das verbas destinadas para o Ensino Superior no Brasil.

Além disso, com base no atual contexto da pandemia do Covid-19, a discussão acerca dos cortes financeiros anteriormente mencionados se intensificou, isso porque as universidades públicas tiveram que adotar ao formato remoto de ensino para dar continuidade às atividades acadêmicas e administrativas, o que acabou por precarizar ainda mais a educação superior no Brasil, tendo em vista que professores e alunos tiveram de adequar-se às novas exigências desse formato de ensino sem o auxílio financeiro necessário para custear a aquisição de equipamentos eletrônicos, como computadores e tablets, e para a aquisição de pacotes de internet.

Nesse sentido, o Ministério da Educação sob a justificativa de bloqueio orçamentário com base no Teto de Gastos da Lei Orçamentária Anual - LOA, terá de reduzir os recursos financeiros destinados para a Rede Federal de ensino superior.

Assim, com base nas informações discutidas até este ponto, podemos dizer que este trabalho tem como objetivo abordar alguns aspectos do neoliberalismo e o direito à educação considerando o contexto vigente.

Metodologia

Desse modo, este trabalho trata-se de um estudo bibliográfico a partir das principais produções sobre Política Educacional disponibilizadas no decorrer da disciplina **Política e Legislação da Educação Brasileira,** ministrada no ano de 2021, todavia, também foram utilizadas outras bibliografias que tratam sobre o ensino superior no Brasil.

1. O direito à educação em nível superior no Brasil

Sabemos que o ensino superior não é universalizado igualmente à Educação Básica[1], por essa razão, a educação em nível superior passou por diversas modificações, isto é, com

[1] Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 de 1996 preveem a obrigatoriedade de oferta para alunos dos 4 aos 17 anos de idade.

vistas a atender os interesses socioeconômicos de cada região, sobretudo no Brasil que possui influências neoliberais do Banco Mundial que "indica instrumentos para a implementação dessa política" (LEHER, 1999) com o objetivo de promover um ensino eficiente e eficaz do ponto de vista econômico. Nessa lógica, ao longo dos anos e dos governos que se consolidaram desde a ditadura militar (1964-1985), as políticas neoliberais ganharam forças maiores no que se refere à comercialização da educação no Brasil (CHAVES; AMARAL, 2016).

A partir disso, é possível afirmar que a política de descentralização do ensino superior tinha como objetivo ampliar as instituições de ensino (algumas com título de universidade) privadas, ou seja, os interesses das classes dominantes durante e após o período da ditadura militar, desse modo, ao dar maior visibilidade ao ensino superior, não havia preocupação com a universalização da educação, mais sim com os aspectos econômicos no que se refere à privatização das instituições públicas (CHAVES; AMARAL, 2015). Portanto, baseado no que foi mencionado anteriormente, Leher (1999) afirma o seguinte.

> O Banco dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à *era do mercado*, de modo a ter recursos institucionais para "manejar" as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez menos politécnica (no sentido conferido por Marx) e cada vez mais instrumental (p. 11).

Ou seja, a educação tem sido adequada conforme os interesses da sociedade capitalista em que estamos inseridos, de modo que o ensino superior está se tornando cada vez mais um território de disputa entre as instituições de ensino privadas, isso porque embora os neoliberais defendam a necessidade de haver um livre mercado para que possa estimular a competitividade entre as empresas privadas, se beneficiam das interferências do Estado, isso porque por ele ser responsável por colocar em prática as políticas públicas "[...] através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade" (HOFLING, 2001) como Programa Universidade para Todos – Prouni do MEC, por meio de parceria com instituições de ensino superior privadas, financia bolsas de estudos para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2. Novos interesses e estratégias neoliberais para o Ensino Superior

Tendo isso em vista, podemos dizer que as políticas neoliberais estão cada vez mais expandidas na sociedade brasileira, sobretudo no que tange ao âmbito educacional cada vez mais inserido na lógica mercadológica da lógica neoliberal que visa estimular a competitividade em busca de promover a eficiência e a eficácia. Nas instituições de ensino superior podemos verificar um progressivo desmonte das universidades públicas por meio do corte nas verbas que seriam destinadas para o custeio dos materiais essenciais para dar prosseguimento às atividades acadêmicas e administrativas, bem como, para o desenvolvimento de pesquisas, isso se explica em razão das proposições do Banco Mundial de que as universidades deveriam desempenhar um papel exclusivamente para a promoção do ensino sem a necessidade de estar vinculado à pesquisa (LEHER, 1999). No entanto, de acordo com Hofling (2001, p. 40).

> Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão,

> do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo 'competitivo frente à ordem mundial globalizada'.

Contudo, o que se tem observado é um estímulo maior para qualificar uma mão de obra mais barata, o que pode ser uma das motivações por trás das tentativas de estimular os cidadãos a inserir-se no mercado de trabalho cada vez mais cedo por meio do incentivo à uma educação cada vez mais técnica, como por exemplo o ensino médio integrado, sob a justificativa de o estudante finalizar o ensino médio com uma profissão. Nesse sentido, o neoliberalismo por tratar-se de um movimento ideológico "[...] decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional" (ANDERSON, 2003, p. 12) progressivamente ganha papel de destaque frente às narrativas de contenção de gastos onde o "[...] crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente" (ANDERSON, 2003, p. 6) tem impulsionado o conformismo social acerca do seu papel de trabalhador assalariado produtor de mais-valia.

Considerações Finais

Portanto, no contexto atual de pandemia foi possível identificar a intensificação de movimentações de cunho político e ideológico com o objetivo de precarizar o ensino superior para que assim, as discussões sobre a privatização desse nível de ensino ganhassem força entre a sociedade civil e os defensores dessa lógica. Desse modo, é necessário que a educação superior se torne um direito universal para a sociedade brasileira, tendo em vista a histórica desigualdade socioeconômica no Brasil, pois assim, acreditamos que a viabilização de uma educação superior de qualidade seria uma das alternativas para promover o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica em relação à lógica neoliberal.

Referências

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In Gentili Pablo. Pos-Neoliberalismo: as políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 22/09/18.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 20/03/18.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 95-120, 15 abr. 2015.

CHAVES, Vera Lúcia JACOB; Amaral, Nelson. POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - O PROUNI E O FIES COMO FINANCIADORES DO SETOR PRIVADO. **Educação em Revista**, v. 32. 49-72, 2016.

HOFLING, Eloísa. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Pp. 30-41.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Um Retrato da Produção Acadêmica em Financiamento da Educação no Nordeste Brasileiro: as teses e dissertações em educação das universidades federais

Maria de Jesus Rodrigues Duarte

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/PI – Brasil

Rosana Evangelista da Cruz

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/PI – Brasil

Introdução

No Brasil, segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, é dever do Estado garantir recursos que assegurem o direito à educação e o preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho a todos os brasileiros. A Carta Magna ainda estabelece que a União deve aplicar, no mínimo, 18% da receita líquida de impostos e que o Distrito Federal, Estados e Munícipios não menos que 25% dos referidos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Contudo, as condições de oferta educacional denunciam a insuficiência de recursos para o adequado atendimento em grande parte das escolas públicas brasileiras. Esse contexto de discussão em torno do direito à educação e seu financiamento tem atraído o interesse de pesquisadores para o tema nas últimas décadas. Observa-se, assim, a expansão da temática financiamento da educação nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs), surgindo como um novo campo de estudo (CRUZ; JACOMINI, 2017; DAVIES, 2014; SANTOS, 2013).

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama das produções de teses e dissertações sobre Financiamento da Educação nos PPGEs das universidades federais do Nordeste, no período de 1990 a 2019, buscando compreender a distribuição da produção e as temáticas abordadas.

Metodologia

O trabalho insere-se entre os estudos de revisão que mapeiam e analisam. De forma extensiva, os estudos de revisão se caracterizam como “aqueles que tomam como objeto de pesquisa a produção científica/acadêmica de determinada área, subárea ou campo de conhecimento, tendo em conta a especificidade do recorte temático e temporal” (JACOMINI; PENNA; BELLO, 2019, p. 5). Nessa perspectiva, uma revisão do conhecimento produzido sobre um tema “é um passo indispensável para desencadear um processo de análise qualitativa dos estudos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 43), contribuindo, sobremaneira, para aclarar o objeto foco do estudo.

A investigação ora apresentada decorre de estudo documental e bibliográfico cujo *corpus* foram as teses e dissertações coletadas no bancos de dados da Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; do Repositório Institucional (RI) dos PPGEs das nove Universidades Federais do Nordeste brasileiro, localizadas no Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), Ceará (UFC), Rio Grande do Norte (UFRN), Paraíba (UFPB), Pernambuco (UFPE), Alagoas (UFAL), Sergipe (UFS) e Bahia (UFBA), do Portal Brasileiro de Dados Abertos e da consulta em dois estudos que fizeram levantamentos bibliográficos sobre Financiamento da Educação (DAVIES, 2014; MOREIRA, 2012).

A localização ocorreu a partir descritores levando à identificação, pelo título, de 87 produções que tratavam sobre o tema, de 1990 a 2019. De abordagem quanti-qualitativa (MINAYO, 2009) e de natureza exploratória e descritiva (GIL, 2008), o presente estudo adotou, quanto aos procedimentos técnicos para produção e análise de dados, a pesquisa documental e análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A partir desse processo inicial, todas as 87 produções localizadas foram sistematizadas em planilha, cujos resultados possibilitaram a construção de um quadro dos estudos sobre Financiamento da Educação nas universidades federais do Nordeste brasileiro.

Resultados e Discussões

Os nove PPGEs das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nordestinas produziram 87 teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, de 1990 a 2019. As dissertações de mestrado concentraram 64% da produção acadêmica no período e as teses de doutorado 36%. A distribuição da produção revela as assimetrias que permeiam a produção acadêmica da região Nordeste, pois na distribuição das 87 produções que tratam de Financiamento da Educação entre os PPGEs das IFES, prevalece uma concentração de pesquisa sobre esse tema na UFPI que responde por 19 trabalhos (22%), UFRN com 16 estudos (18%), seguidas pela UFC (15%) e UFPB (14%), com 13 e 12 estudos, respectivamente. Na sequência, aparecem a UFPE, com 11 pesquisas (13%), a UFBA com 10 estudos (12%) e a UFMA, a UFAL e a UFS, com dois estudos cada, representando 6% na soma das três instituições. Uma das razões que justificam essa disparidade intrarregional observada no quantitativo de produções das universidades federais – no contexto em que a UFPI e UFRN, juntas, respondem por 40% do total da produção – é a participação dessas IFES em pesquisas de âmbito nacional, como apurado na análise dos currículos dos professores orientadores dos PPGEs analisados.

O comportamento da produção sobre Financiamento da Educação no decorrer do espaço temporal de 30 anos revela que o marco de crescimento foi a implantação do Fundef em 1998, suscitando novos interesses pela compreensão desse novo objeto de estudo (política de fundos para o financiamento da educação) no campo de pesquisa em política educacional (SANTOS, 2016; SOUZA, 2019), com crescimento constante. Cabe ressaltar que o *boom* no volume de produções em 2014 foi resultado dos estudos que eram vinculados à pesquisa nacional “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas”, com período de vigência de 2009 a 2013, envolvendo três das IFES nordestinas com maior produção (UFPI, UFRN e UFPB), e que estavam entregando seus produtos nesse momento de finalização da mesma.

As 87 pesquisas foram orientadas por 43 professores, sendo que 12 orientaram de duas a 11 produções. Os demais 31 professores orientaram um trabalho sobre o tema de 1990 a 2019. A Tabela 1 apresenta a sistematização dos assuntos abordados nos trabalhos que

compreenderam o universo da pesquisa. Agrupados por temáticas específicas, tomando por base as palavras-chave e a leitura dos resumos dos referidos trabalhos, foi possível constituir uma visão mais ampla sobre a produção da área.

Tabela 1 – Temas abordados nas teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, nas IFES do Nordeste brasileiro (1990 – 2019)

Temática	Nº vezes	%
Valorização do Magistério	29	33,32
Controle Social	12	13,79
Financiamento da Educação Básica	12	13,79
Atendimento Educacional	6	6,90
Custo/Gasto por aluno	6	6,90
Programas de Descentralização	6	6,90
Assistência Estudantil	3	3,45
Financiamento da Educação Superior	3	3,45
Financiamento da Educação Profissional	2	2,30
Regime de Colaboração	2	2,30
Descentralização Financeira	1	1,15
Fontes de Financiamento do Estado Militar	1	1,15
Gastos Públicos com MDE	1	1,15
Políticas de Acordos Internacionais	1	1,15
Políticas de Municipalização do Ensino Fundamental	1	1,15
Receitas/Despesas	1	1,15
Total	**87**	**100,00**

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2020.

Conforme dados expostos na Tabela 1, os temas aglutinadores com maiores percentuais de estudos em Financiamento da Educação, no período de 1990 a 2019, foram “Valorização do Magistério”, “Controle Social” e “Financiamento da Educação Básica” que juntos compõem 61% da produção. Observa-se, ao relacionar as temáticas mais pesquisadas em Financiamento da Educação com as IFES com maior número de pesquisas e com a quantidade de trabalhos entregues por ano, a influência das políticas de fundos; da participação de docentes em pesquisas nacionais, como no caso da UFPI, UFPB e UFRN; e da inserção em núcleos de pesquisa que tem como tema central as políticas educacionais, como UFPI, UFPB, UFRN, UFPE e UFBA.

Em seguida, representando 21% dos temas pesquisados, estão “Atendimento Educacional”, “Custo/Gasto por Aluno” e “Programas de Descentralização”, nos quais foram agrupados 6 trabalhos em cada temática aglutinadora. Os demais subtemas representaram, no conjunto, 18% das produções sobre financiamento da educação.

O conjunto dos 87 trabalhos revelou um esforço para a produção de conhecimento sobre diversos aspectos do financiamento da educação, havendo convergência no entendimento da necessidade de maiores aportes de recursos. Por fim, a diversidade de pesquisas contribui para o fortalecimento do campo em estudo.

Considerações finais

A pesquisa constatou um aumento expressivo nas produções, com prevalência de dissertações (64%) sobre teses, motivado, especialmente, pela política de fundos, com ênfase no tema valorização dos profissionais da educação básica (33%), abordando questões como remuneração, formação e condições de trabalho. Tendo ainda, como cenário Fundef/Fundeb, o segundo tema mais estudado foi o controle social sobre os recursos da educação que,

somada às produções que abordaram o financiamento da educação básica, representaram 28% do total de pesquisas no período.

Dentre as instituições nordestinas pesquisadas, as que se destacaram na produção foram a UFPI (22%), UFRN (18%), UFC (15%), UFPB (14%), UFPE (13%) e UFBA (12%). Com exceção da UFPE, as demais IFES participaram de pesquisas em rede nacional, o que fomentou a produção sobre Financiamento da Educação e levou ao desenvolvimento da maior parte dos trabalhos relacionados à temática. O estudo permitiu concluir que existe interesse crescente na temática financiamento da educação, fato evidenciado pelo crescimento expressivo da produção no referido tema, e que há necessidade de mais estudos de revisão que contribuam para ampliar o conhecimento sobre as políticas que asseguram materialmente a oferta educacional no Nordeste do Brasil.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao Compilado.htm. Acesso em: 20 nov. 2014.

CRUZ, Rosana Evangelista da; JACOMINI, Márcia Aparecida. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, v. 98, n. 249, p. 347-370, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176- 66812017000200347&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 maio 2020.

DAVIES, Nicholas. Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1998 a 2014. **Educação em Revista,** Marília, v. 15, n. 1, p. 91-162, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/4749. Acesso em: 30 jul. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; BELLO, Isabel Melero. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais,** v. 13, n. 21, jun. 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/66810/39047. Acesso em: 18 maio 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social –** teoria, método e criatividade. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010):** os casos Brasil e Portugal. 2012. 357f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. In: **Diálogo Educacional,** v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view/2192/648: Acesso em: 27 jun. 2017.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas dos. **Financiamento da educação no Brasil**: o estado da arte e a constituição do campo (1996 a 2010). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A pesquisa em política e gestão da educação no Brasil (1998-2015): atualizando o estado do conhecimento. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 40, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100500. Acesso em: 03 abr. 2020.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Anais do IX Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA - **"Financiamento da educação em tempos de austeridade, pandemia e desconstrução: como pensar o futuro?"**, realizado no formato VIRTUAL, nos meses de novembro e dezembro de 2021.

Eixos Temáticos

1 - Políticas de financiamento da educação básica
2 - Políticas de financiamento da educação superior
3 - Planos de carreira e remuneração de professores
4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Comitê Científico

Coordenação Geral: Adriana Dragone Silveira e Marcia Jacomini

Eixo 1 - Políticas de financiamento da educação básica
Coordenação: Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita e Maria Goreti Machado

Eixo 2 - Políticas de financiamento da educação superior
Coordenação: Cristina Helena de Almeida Carvalho e Renata Ramos da Silva Carvalho

Eixo 3 - Planos de Carreira e Remuneração de professores
Coordenação: Jarbas de Paula Machado e Rosana Genaque

EIXO 4 - Relações público-privadas no financiamento da educação
Coordenação: Josué Vidal Pereira e Theresa Adrião

Avaliadores

Eixo 1 - Políticas de financiamento da educação básica

Andrea Barbosa Gouveia
Calinca Jordânia Pergher
Daniela Rodrigues de Sousa
Fabrício Aarão Freire Carvalho
José Marcelino Rezende Pinto
Juca Gil
Luiz Araújo
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita
Maria Goreti Farias Machado
Maria Luiza Rodrigues Flores
Nalú Farenzena

ISSN: 2595-136X

Patrícia Souza Marchand
Renato Barros de Almeida
Rosa Maria Pinheiro Mosna
Thiago Alves
Wellington Ferreira de Jesus

Eixo 2 - Políticas de financiamento da educação superior

Aline Veiga dos Santos
Fabíola Bouth Grello Kato
Josué Vidal Pereira
Luiz Fernando Reis
Maria Goretti Cabral Barbalho
Maria Rosimary Soares dos Santos
Nelson Cardoso do Amaral
Roberta Santana de Araújo
Valeria Silva de Moraes Novais
Vera Lúcia Jacob Chaves

Eixo 3 - Planos de carreira e remuneração de professores

Dalva Valente Guimarães Gutierres
Ilma de Andrade Barleta
Jarbas de Paula Machado
Magna França
Márcia Aparecida Jacomini
Marcos Edgar Bassi
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Pelegrino Santos Verçosa
Rubens Barbosa de Camargo
Solange Jarcem Fernandes
Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Eixo 4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Cassia Domiciano
Dalva Souza Franco
Daniela Pires
Henrique Dias de G. Narareth
José Quibao Neto
Lisete Regina Gomes Arelaro
Maria Aparecida Nunes Pereira
Raquel Borghi
Teise de Oliveira Guaranha Garcia
Vera Maria Vidal Peroni